

Nufarm Indústria
Química e
Farmacêutica S.A

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A

Iniciamos 2020 implementando diversas ações de fortalecimento da nossa posição no mercado brasileiro, provendo soluções inovadoras e sustentáveis para proteção de cultivos. Continuamos evoluindo e transformando constantemente o nosso negócio para oferecer uma experiência superior aos nossos clientes. Nosso índice de satisfação dos clientes, calculado através da metodologia NPS (Net Promoter Score), vem crescendo de forma consistente desde o início de sua apuração, saindo de 30% no ano de 2015 para 58,8% neste ano de 2020.

Em 06 de março de 2020, o grupo japonês Sumitomo Chemical recebeu o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para concluir, sem ressalvas, a aquisição da Companhia. Em 01 de abril de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária alterando a denominação social da Companhia para Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A, a composição do Conselho de Administração e o exercício social, que iniciou em 01 de abril e terminará em 31 de março. Este fato impede a completa comparabilidade entre os exercícios contábeis apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

O exercício fiscal Agosto'19 a Março'20, foi marcado pela volatilidade da moeda americana e pela consolidação do mercado de agroquímicos no Brasil. Este contexto se tornou ainda mais desafiador com os impactos da pandemia do novo Coronavírus ("Covid-19"), que agravaram as incertezas e geraram mudanças significativas nas dinâmicas do mercado.

Diante de um cenário sem precedentes, a Companhia uniu esforços e implementou, com rapidez e dinamismo, as medidas necessárias para que a sua missão de promover saúde e bem-estar à população através de soluções sustentáveis para a produção de alimentos pudesse prosseguir.

Além de assegurar a sustentabilidade da produção no campo, nosso maior compromisso é cuidar de nossos colaboradores e, para isso, foram implementadas diversas medidas preventivas com o objetivo de minimizar a proliferação da Covid-19. Entre outras medidas, adotamos o trabalho em home office, reduzimos o fluxo interno de pessoas em nossa planta produtiva, flexibilizamos o horário de trabalho, intensificamos a higienização das áreas comuns e postos de trabalho e reforçamos a importância do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Além disso, estabelecemos plantões de atendimento médico, criamos um fluxo de acolhimento aos nossos colaboradores e adotamos protocolos para reporte e acompanhamento dos sintomas sugestivos, testagem e quarentena de casos suspeitos.

Graças à evolução digital e ao empenho de nossos colaboradores, a Nufarm seguiu produzindo e atuando com agilidade na implementação dos protocolos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde para que pudéssemos continuar disponibilizando nossas soluções sustentáveis. Permanecemos atentos a três prioridades: proteger a saúde e a segurança de nossos colaboradores, familiares, clientes e comunidade; preservar a liquidez financeira da Companhia e assegurar que estamos bem posicionados para a manutenção do sucesso do negócio, por meio de um plano robusto de planejamento, ajuste e adequação de nossas operações.

Apesar dos desafios enfrentados pelo impacto da desvalorização cambial no custo dos insumos, pela instabilidade política e econômica no Brasil e pela forte atuação de nossos competidores, conseguimos alcançar resultados expressivos no ano corrente, com a solidificação da nossa posição no mercado de defensivos agrícolas, a expansão de nossa capacidade de produção, o crescimento das vendas, a gestão mais eficiente do capital de giro e o aumento da lucratividade.

Continuamos focados em gerar cada vez mais valor aos nossos clientes, investir em nossa gente, continuar provendo soluções e produtos inovadores e sustentáveis, desenvolver um robusto portfólio de produtos pós-patentes de alta qualidade, e contribuir fortemente para a evolução da agricultura brasileira.

Não temos dúvidas de que, uma vez superada essa crise e executando nossos planos com sucesso, teremos aprendido lições importantes de como podemos trabalhar juntos de forma mais eficaz como Companhia. Vale lembrar que, como todas as crises, essa também passará. E, ao final desse processo, estamos confiantes de que nos tornaremos ainda mais fortes.

Essa perspectiva, aliada à recente aquisição da Nufarm pelo grupo Sumitomo Chemical, reforça a nossa posição no mercado brasileiro como uma empresa de alta tecnologia, provedora de soluções sustentáveis e responsável por um papel vital na cadeia de alimentos, apoiando os agricultores a produzir mais e a construir um amanhã melhor.

Maracanaú, 05 de agosto de 2020

Fernando Manzeppi.
Diretor Presidente Brasil



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Critérios para determinação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber

Veja a Nota 6, 11 e 34.b.III das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia analisa periodicamente o seu contas a receber com o objetivo de determinar a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do contas a receber. Os critérios para determinação da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber são documentados em políticas internas e compreendem, por sua natureza, a utilização de estimativas e premissas significativas pela administração da Companhia quanto às perdas esperadas, que incluem fatores externos e internos. Assim, a Administração considera o tempo de atraso, inadimplência, as garantias existentes e a performance individual dos clientes para fins de determinação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.</p> <p>Devido à relevância do contas a receber e da provisão constituída, além do uso de estimativas e premissas significativas para a determinação da provisão para redução ao valor recuperável, e que quaisquer alterações poderiam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Análise da política de provisão para perda por redução ao valor recuperável, de acordo com a IFRS 9, incluindo avaliação dos critérios adotados pela Administração para mensuração da perda estimada de crédito esperada.– Avaliação dos critérios utilizados pela Companhia para determinar as perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber. Isso incluiu a avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos.– Avaliação quanto a suficiência e razoabilidade dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar as dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito, atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos, títulos com acordos judiciais, recálculo do saldo da perda por redução ao valor recuperável com base no atraso do contas a receber e estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito esperadas.– Avaliação das divulgações em notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos, consideramos aceitáveis a provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber e das respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1, que descreve que em decorrência da transferência de controle da Nufarm Indústria Química Farmacêutica para o Grupo Sumitomo, houve alteração do exercício social da Companhia, que passou a iniciar no primeiro dia do mês de abril e terminar no último dia do mês de março do ano subsequente. Conseqüentemente, as demonstrações do resultado, do

resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de março de 2020 são apresentadas para o período de 8 meses, enquanto que os valores correspondentes para o exercício findo em 31 de julho de 2019 estão apresentados para um período de 12 meses. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 05 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC SP 220026/O-3

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Balanco patrimonial em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	127.502	170.306	Fornecedores	20	1.065.373	816.757
Contas a receber de clientes	10	1.802.222	906.197	Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	1.159.548	219.120
Estoques	11	737.558	515.367	Financiamentos de tributos	22	3.130	2.543
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	12	87.982	8.607	Empréstimos - Partes relacionadas	12	-	68.809
Impostos a recuperar	13	53.631	67.495	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	23	21.669	53.340
Imposto de renda e contribuição social	13	30.171	36.764	Provisão para imposto de renda e contribuição social	23	-	11.781
Adiantamentos a fornecedores		2.129	1.366	Passivo de arrendamento	8 e 25	6.326	-
Outros créditos	14	34.910	12.696	Adiantamentos de clientes		11.519	21.945
Total do ativo circulante		2.876.105	1.718.798	Outras contas a pagar	24	23.936	53.405
				Total do passivo circulante		2.291.501	1.247.700
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	10	82.766	188.071	Fornecedores	20	-	8.945
Impostos a recuperar	13	45.051	45.167	Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	235.552	246.015
Outros créditos	14	438	1.134	Financiamentos de tributos	22	9.652	8.769
Depósitos judiciais		21.147	19.119	Passivo de arrendamento	8 e 25	6.659	-
Ativo fiscal diferido	15	33.717	25.002	Provisão para contingências	26	318	1.370
Bens destinados a venda		7.691	7.949	Total do passivo não circulante		252.181	265.099
Total do realizável a longo prazo		190.810	286.442				
Investimentos	16	49	49	Patrimônio líquido			
Outros investimentos	17	56.147	58.564	Capital social	27	793.289	793.289
Imobilizado	20	86.124	81.976	Reservas de capital	27	3.431	(13.616)
Direito de uso	8	12.752	-	Reservas de lucros	27	92.061	72.821
Intangíveis	19	147.571	108.275	Prejuízos acumulados	27	(62.905)	(111.189)
Total do ativo não circulante		493.453	535.306	Total do patrimônio líquido		825.876	741.305
Ativo total		3.369.558	2.254.104	Passivo total		3.369.558	2.254.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados

Período de oito meses findo em 31 de março de 2020 e doze meses findo em 31 de julho de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita de vendas	28	1.523.573	2.630.424
Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	29	<u>(1.164.239)</u>	<u>(2.018.513)</u>
Lucro bruto		<u>359.334</u>	<u>611.911</u>
Outras receitas		36.167	34.214
Despesas de vendas		(166.444)	(239.606)
Administrativas e gerais	30	(84.449)	(143.806)
Perdas com recuperabilidade do contas a receber		(13.519)	(15.080)
Despesas tributárias		(10.281)	(11.080)
Outras despesas	31	(17.167)	(7.624)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>103.641</u>	<u>228.929</u>
Receitas financeiras	32	267.050	76.591
Despesas financeiras	32	<u>(313.259)</u>	<u>(192.194)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(46.209)</u>	<u>(115.603)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>57.432</u>	<u>113.326</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	3.324	(13.909)
Incentivo lucro da exploração	34	1.498	5.899
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	<u>3.583</u>	<u>(8.976)</u>
Lucro líquido do período/exercício		<u><u>65.837</u></u>	<u><u>96.340</u></u>
Lucro líquido por ação (R\$/mil ações)		<u><u>5,849</u></u>	<u><u>8,558</u></u>
Quantidade de ações (em milhares)		<u><u>11.257</u></u>	<u><u>11.257</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Período de oito meses findo em 31 de março de 2020 e doze meses findo em 31 de julho de 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>65.837</u>	<u>96.340</u>
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	<u>714</u>	<u>(20)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>66.551</u></u>	<u><u>96.320</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de oito meses findo em 31 de março de 2020 e doze meses findo em 31 de julho de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de capital		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Incentivos fiscais	Reserva especial	Incentivos fiscais			
Saldos em 31 de julho de 2018		793.289	3.431	(17.047)	51.234	-	(132.128)	698.780
Adoção inicial das normas contábeis		-	-	-	-	-	(9.350)	(9.350)
Saldos em 1º de agosto de 2018		<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>(17.047)</u>	<u>51.234</u>	<u>-</u>	<u>(141.478)</u>	<u>689.430</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	96.340	96.340
Reserva de incentivos fiscais	27	-	-	-	21.889	-	(21.889)	-
Hedge de fluxo de caixa	27	-	-	-	-	(20)	-	(20)
Distribuição de juros sobre capital próprio	27	-	-	-	-	-	(44.143)	(44.143)
Ajuste de apuração de exercício fiscal anterior		-	-	-	(302)	-	-	(302)
Saldos em 31 de julho de 2019		<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>(17.047)</u>	<u>72.821</u>	<u>(20)</u>	<u>(111.169)</u>	<u>741.305</u>
Adoção inicial das normas contábeis	8	-	-	-	-	-	973	973
Saldos em 1º de agosto de 2019		<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>(17.047)</u>	<u>72.821</u>	<u>(20)</u>	<u>(110.197)</u>	<u>742.278</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	65.837	65.837
Reserva de incentivos fiscais	27	-	-	-	19.240	-	(19.240)	-
Hedge de fluxo de caixa	27	-	-	-	-	714	-	714
Alienação de Investida	16 e 27	-	-	17.047	-	-	-	17.047
Saldos em 31 de março de 2020		<u>793.289</u>	<u>3.431</u>	<u>-</u>	<u>92.061</u>	<u>694</u>	<u>(63.600)</u>	<u>825.876</u>

A As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de oito meses findo em 31 de março de 2020 e doze meses findo em 31 de julho de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período/exercício		65.837	96.340
Ajustado por :			
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível		7.915	10.845
Depreciação - IFRS 16	8	4.402	-
Remensuração - IFRS 16	8	(23)	-
Valor residual na alienação e/ou baixa de imobilizado e intangível		3.757	(1.244)
Variação cambial por competência e ajustes swap - empréstimos, clientes, fornecedores e partes relacionadas		7.209	(5.009)
Rendimento de aplicações financeiras		-	(857)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		(8.405)	13.909
Resultado de hedge accounting		(234)	-
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber		13.383	15.080
Provisão para redução ao valor recuperável de outros investimentos		4.014	2.879
Ajuste a valor presente - contas a receber, fornecedor e estoques		(12.005)	853
Constituição (reversão) de provisão para contingências		(1.052)	1.080
Provisão (reversão) para rebates - dedução de receita de vendas		(11.557)	752
Provisão (reversão) para fretes		(5.021)	10.566
Ganho de capital na venda de participação societária	16	(637)	-
Perdas por redução ao valor recuperável de estoque		-	(1.206)
Encargos financeiros reconhecidos no resultado - empréstimos, clientes, fornecedores, partes relacionadas		31.655	58.425
Outros		(2.146)	(322)
Excesso FIDC		(9.494)	(4.276)
Resultado ajustado		87.598	197.815
Variações:			
Contas a receber de clientes		(672.717)	(114.954)
Estoques		(242.297)	(26.667)
Impostos a recuperar		25.920	(22.518)
Adiantamentos a fornecedores		(1.045)	488
Outros créditos		(13.195)	3.510
Depósitos judiciais		(2.028)	(7.656)
Bens destinados a venda		258	(1.074)
Fornecedores		20.727	139.100
Fornecedores - Partes relacionadas		75.731	(7.262)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		(24.941)	24.829
Financiamento de tributos		(1.707)	(3.077)
Adiantamentos de clientes		(10.008)	(3.808)
Outras contas a pagar		(12.891)	(14.895)
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais		(858.193)	(33.984)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(13.135)	(13.375)
Fluxo de caixa líquido (usados nas) proveniente das atividades operacionais		(783.730)	150.456
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Alienação de investimento		51.917	-
Aplicação financeira		-	21.514
Empréstimos concedidos - partes relacionadas		(68.940)	(2.498)
Redução (aumento) de outros investimentos		7.897	(5.685)
Aquisição de imobilizado		(11.705)	(14.641)
Alienação e/ou baixa de imobilizado e intangível		611	3.894
Aquisição de intangível		(60.279)	(3.717)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de investimento		(80.499)	(1.133)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	21	(141.726)	(703.010)
Captção de Empréstimos e financiamentos	21	1.058.148	714.634
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	21	(8.916)	(30.457)
Juros de debêntures pagos	21	(7.815)	(16.455)
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	(44.143)
Pagamento de passivo de arrendamento		(3.982)	-
Empréstimos de partes relacionadas		(74.283)	(9.400)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		821.426	(88.831)
Diminuição (aumento) de caixa e equivalente de caixa		(42.804)	60.492
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9	170.306	109.814
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	9	127.502	170.306
		(42.804)	60.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1961, com sede na Avenida Parque Sul, nº 2.138, 1º Distrito Industrial de Maracanaú - Ceará.

A atividade preponderante da Companhia é a produção e comercialização de defensivos agrícolas, fitossanitários, domissanitários, adubos e fertilizantes.

A Companhia opera com centros de distribuição nos Estados do Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Tocantins, Bahia e Goiás com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo, além de facilitar a movimentação de produtos acabados e contribuir para melhor armazenagem dos produtos. A Companhia oferece ao agricultor um amplo portfólio para culturas de citros, cana de açúcar, café, milho, tomate, feijão, soja, algodão, batata e pastagem.

1.1 Mudança de controle societário – Sumitomo Chemical

Em 1º de abril de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a transferência do controle societário da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A para o Grupo Sumitomo, a alteração de sua denominação social para Sumitomo Chemical do Brasil Indústria Química S.A e a alteração de seu exercício social, que anteriormente se iniciava no primeiro dia do mês de agosto e terminava no último dia do mês de julho do ano subsequente e passou a iniciar no primeiro dia do mês de abril e terminar no último dia do mês de março do ano subsequente.

A alteração do exercício social da Companhia, aliada à sazonalidade do agronegócio, impedem a completa comparabilidade dos saldos apresentados nestas Demonstrações Financeiras. Da mesma forma, a comparabilidade na demonstração do resultado do exercício e na demonstração dos fluxos de caixa restam igualmente dificultadas, tendo em vista que o resultado do último exercício social contempla um período de 8 meses, enquanto o período anterior corresponde a um período de 12 meses.

A mudança societária ocorreu após aprovação sem restrições da aquisição da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A pela Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda, através do Ato de Concentração nº 08700.005703/2019-67 nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, c/c o art. 120, I, do Regimento Interno do Cade e publicação em Diário Oficial da União.

2 Informações relevantes no período

A Companhia detinha participação direta de 100% na empresa Atlântica Sementes S.A. em 31 de julho de 2019 e permaneceu com o controle da companhia investida até 29 de outubro de 2020, quando os membros de Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, autorizar a alienação integral da participação societária da Companhia para a Nuseed International Holding PTY Ltd, sociedade com sede em Victoria, na Austrália.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras da Companhia no qual o IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas as principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2020 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 05 de agosto de 2020.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são apresentados em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia para a contabilização dos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas retrospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8 e 25** – Classificação e determinação se um contrato contém um arrendamento.
- **Nota 8 e 25** – Prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação.
- **Nota 17** – Outros investimentos - FIDC: Determinação se a Companhia detém de fato controle sobre este investimento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos próximos exercícios:

- **Nota 8 e 25** – Taxa de desconto aplicada na avaliação dos impactos do IFRS 16
- **Nota 10** - Contas a receber de clientes: provisão para redução ao valor recuperável dos créditos;
- **Nota 15** - Ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 18** - Depreciação do imobilizado: definição da vida útil;
- **Nota 19** - Amortização do intangível: definição da vida útil;
- **Nota 26** - Provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 33** - Instrumentos financeiros: valorização dos instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (“R\$ mil”), e foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Subvenção e assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

- Ganhos/perdas nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, exceto quando a transação é qualificada e designada para contabilidade de hedge (*hedge accounting*), onde é reconhecido em outros resultados abrangentes.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social – Correntes e Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda.

(i) Corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas em estrita observância das regras relacionadas a esses tributos. A Administração avalia periodicamente as atualizações normativas a fim de assegurar que seus cálculos refletem consistentemente o impacto do imposto de renda e contribuição social sobre o seu resultado.

(ii) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todos os eventos contábeis que representem diferenças temporárias, bem como em relação ao prejuízo fiscal e base negativa acumulados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são reconhecidos

para todas as diferenças tributárias temporárias.

Os valores contábeis do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são ajustados para refletir a expectativa de realização futura.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 15.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, além dos custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	20-60 anos
Máquinas e equipamentos	5-40 anos
Instalações	10-35 anos
Móveis e utensílios	4-15 anos
Laboratório	10-20 anos
Veículos	3-10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Software	10 anos
Custo de desenvolvimento	5 anos
Marcas e Patentes	30 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente e, caso deixe de ser aplicável, a alteração na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao VJR valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, quando este se torna inadimplente. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJR estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e para títulos de dívida mensurados ao VJR são registradas no resultado e deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação

a clientes individuais e clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor é testado anualmente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar uma obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e o aumento decorrente da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existem evidências convincentes de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável a concessão de contraprestações variáveis e seu valor possa ser mensurado de maneira confiável, será reconhecida uma redução da receita operacional no momento em que as vendas que originam estas contraprestações são reconhecidas.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, se seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto e não for designado como mensurado ao VJR.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, se seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto e não for designado como mensurado ao VJR.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva

de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

8 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente IFRS 16 a partir de 1º de agosto de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de agosto de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

a. IFRS 16 - Arrendamento

A Companhia adotou o IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de agosto de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas em 31 de julho de 2019 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o IAS17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

(i) Políticas contábeis

O IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

De acordo com o IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para:

- **Imóveis** - Escritório da Companhia em São Paulo
- **Veículos** - Veículos para representantes de vendas, gerência e diretoria.

(ii) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, ou seja, se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para o IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o IFRS 16 apenas à contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o IFRS 16 e IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

(iii) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudou porque a Companhia reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

(iv) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendador

Não houve impacto significativo, haja que vista que não existe operação em que a Companhia é um arrendador.

(v) Transição e políticas contábeis

Na adoção do IFRS 16 a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos quando da mensuração inicial de seus arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional:

- Aplicar taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios");
- Não reconheceu o direito de uso para os contratos cujo prazo remanescente na data de adoção não supere 12 meses;
- Uso da percepção tardia (*hindsight*), tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros;
- Os arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro serão reclassificados para a rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Adicionalmente, a Companhia adotou como política contábil as seguintes isenções de reconhecimento: optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras e notebooks), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Além disso, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimos em 1º de agosto de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 9,62% a.a.

(vi) Impactos nas demonstrações financeiras

Na transição para o IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo imóveis e veículos, reconhecendo a diferença no saldo de abertura dos lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor
Ativo de direito de uso	14.910
Passivo de arrendamento	13.937
Lucros acumulados	973

(vii) Impactos nas demonstrações financeiras do exercício:

Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de março de 2020, a Companhia reconheceu R\$ 4.402 de depreciação e R\$ 810 de juros destes arrendamentos.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de março de 2020, foi a seguinte:

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor
Adoção Inicial – IFRS 16	14.910
Remensuração	(103)
Adições	2.347
Depreciação	<u>(4.402)</u>
Total de Direito de uso – Não circulante	<u><u>12.752</u></u>

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de março de 2020, foi a seguinte:

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor
Adoção Inicial – IFRS 16	13.937
Remensuração	(103)
Adições	2.346
Pagamentos	(3.982)
Apropriação de juros	810
Baixas	<u>(23)</u>
Passivo de arrendamento	<u><u>12.985</u></u>
Circulante	<u><u>6.326</u></u>
Não Circulante	<u><u>6.659</u></u>

b. Outras normas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de agosto de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS
- Definição de um negócio (alterações ao IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao IAS 1 e IAS 8) e;
- IFRS 17 Contratos de Seguros

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	13	21
Bancos conta movimento	18.019	23.593
Aplicação financeira de liquidez imediata	109.470	146.691
Total	127.502	170.306

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem disponibilidades em conta corrente bancária e caixa e aplicações de liquidez imediata.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente por instrumentos em renda fixa, possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, à rentabilidade média de 64,4 % (65% em 2019). Os eventuais riscos de liquidez das contrapartes estão mencionados na Nota explicativa nº 33 – Instrumentos financeiros.

Esses ativos estão destinados à negociação imediata e utilizados na operação da Companhia, por essa razão, a Companhia os considerou como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia, por isso não tem variação significativa no caso de resgate antecipado.

10 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Duplicatas a receber no país	1.820.738	1.019.511
Duplicatas a receber no exterior	-	3.991
Contas a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 12)	3.965	2.322
Confissão de dívida	51.856	60.524
Cheques em cobrança	84	84
Acordo judicial	64.779	66.487
(-) Ajuste a valor presente	(3.749)	(18.394)
Subtotal	1.937.673	1.134.525
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(52.685)	(40.257)
Total	1.884.988	1.094.268

Circulante	<u>1.802.222</u>	<u>906.197</u>
Não circulante	<u>82.766</u>	<u>188.071</u>

Composição da carteira por idade de vencimento

	2020	2019
Duplicatas a vencer	1.804.370	1.020.410
Vencidas até 60 dias	13.046	17.505
Vencidas entre 61 a 120 dias	767	15.747
Vencidas entre 121 a 180 dias	1.544	1.118
Vencidas entre 181 a 360 dias	19.541	7.202
Vencidas há mais de 360 dias	94.440	70.221
Partes relacionadas	<u>3.965</u>	<u>2.322</u>
Total	<u><u>1.937.673</u></u>	<u><u>1.134.525</u></u>

Sazonalidade dos recebíveis

A alteração do exercício social, que passou a iniciar em 01 de abril e terminar em 31 de março, impede a completa comparabilidade entre os exercícios. A sazonalidade do agronegócio e a concentração de recebimentos no período pós-safra fazem com que a Companhia apresente maior nível de contas a receber em 31 de março, se comparado à 31 de julho de 2019.

O maior nível de recebíveis está também relacionado a uma decisão estratégica da companhia que, diante da inicial imprevisibilidade dos impactos da Covid-19 na liquidez de nossos clientes e visando resguardar nosso relacionamento, optou por realizar a recompra de uma parcela dos títulos previamente securitizados, totalizando R\$ 101.042.

A Companhia possui garantias reais e seguro de crédito cobrindo aproximadamente 80% de sua carteira total (76% em 2019) e constitui provisão para redução ao valor recuperável para valores que apresentem risco efetivo de perda.

A Administração monitora regularmente a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, levando em consideração as especificidades do mercado ao qual a Companhia está inserida, a performance individual dos clientes, os cenários macroeconômicos e climáticos, o tempo de atraso e a expectativa de perda futura.

Desde a 1º de agosto de 2018, a Companhia passou a mensurar a perda esperada para redução ao valor recuperável através do agrupamento dos valores de contas a receber em categorias, de acordo com o risco de crédito de cada grupo. As categorias subdividem-se em:

- (i) Coming Due: grupo de recebíveis a vencer;
- (ii) Overdue: contas a receber vencidas;
- (iii) Renegotiated: recebíveis renegociados / prorrogados;
- (iv) Judicial Agreement: recebíveis oriundos de acordo em esfera judicial;
- (v) Legal Dispute: contas a receber em ação judicial;

- (vi) Chapter 11: quando se tornar provável que o cliente irá decretar falência, recuperação judicial ou outra reorganização financeira;
- (vii) Customer specific risk: clientes com problemas críticos de liquidez ou operação com probabilidade iminente de perda.

As perdas efetivas por redução ao valor recuperável, deverão ser reconhecidas após esgotadas todas tentativas de execução da dívida na esfera administrativa e ou judicial e desde que não haja expectativa razoável de recebimento.

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável é apresentada como segue:

Saldo em 31 de julho de 2018	(45.810)
Adoção IFRS 9	11.390
Constituição de provisão	(15.080)
Reversões/baixas	32.023
Saldo em 31 de julho de 2019	(40.257)
Constituição de provisão	(13.383)
Efeito alienação de Investida - Atlantica Sementes (*)	955
Reversões/baixas	-
Saldo em 31 de março de 2020	(52.685)

(*) Efeito alienação de Investida – Atlântica sementes (Nota 16).

Ajuste a valor presente

O cálculo do valor presente do contas a receber de clientes é efetuado individualmente com base na taxa de juros que reflete o prazo e a moeda de cada transação. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base no método do custo amortizado ao longo do prazo de vencimento da transação.

A taxa utilizada no cálculo do ajuste é revisada mensalmente, tomando como base o prazo negociado com o cliente e o período de carência concedido na transação, com a finalidade de identificar a taxa média praticada no exercício. Neste exercício as taxas médias utilizadas para cálculo das duplicatas são as seguintes: (i) 1,3% a.m. (1,3% a.m. em 31 de julho de 2019) para títulos em Reais e (ii) 0,8% a.m. (0,8% a.m. em 31 de julho de 2019) para títulos em Dólar, mantendo o prazo médio de vencimento em 232 dias.

Para os títulos que tiveram seus vencimentos renegociados com o cliente o ajuste é revisado mensalmente, tomando como base as seguintes taxas: (i) 1,50% a.m. (1,50% a.m. em 2018) para títulos em Reais e (ii) 1,30% a.m. (1,30% a.m. em 2018) para títulos em Dólar Americano, mantendo o prazo no último dia de cada mês.

Garantias

A Companhia atua como responsável subsidiária em operações de Crédito Rural (modalidade de financiamento), por meio de fiança em contratos firmados junto aos bancos Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Citibank em favor de seus clientes, em montantes equivalentes ao valor dos financiamentos de R\$ 60.928 em 31 de março de 2020 (R\$ 84.056 em 31 de julho de 2019).

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao “Contas a receber de clientes e outros recebíveis”, está divulgada na nota explicativa nº 33.

11 Estoques

	2020	2019
Produtos acabados	235.815	183.636
Mercadoria para revenda	173.188	64.592
Produtos em elaboração	14	13
Matérias-primas	159.788	124.824
Materiais de embalagens	6.038	4.767
Produtos em trânsito	45.682	23.377
Importações em andamento	66.858	94.803
Estoque em poder de terceiros	50.175	19.355
Total	<u>737.558</u>	<u>515.367</u>

O ajuste a valor presente referente ao saldo de fornecedores que é proporcionalmente registrado nos estoques, está apresentado no montante R\$ 2.737 (R\$ 2.336 em 31 de julho de 2019), de acordo com o exposto no item 5.1.1 do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, e foi calculado a taxas anuais de 6,638% para fornecimentos no mercado nacional e 5,00% para os fornecimentos do mercado do exterior (mercado nacional 9,615%, e mercado internacional 4,30% em 31 de julho de 2019).

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, além dos custos de materiais e mão-dobra diretos, são incluídos os gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção.

A Companhia tem como política de gestão de estoque a mensuração regular do giro dos estoques e a análise detalhada de itens de baixa movimentação e expectativa de obsolescência. Em 31 de março a Companhia apresentou perdas para a redução do valor recuperável de estoque no montante de R\$ 1.057 (1.203 em 31 de julho de 2019).

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado de cada exercício, decorrem, principalmente, de operações entre a Companhia e outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

As operações entre as partes relacionadas ocorrem, de transações entre empresas da Companhia, conforme já mencionado, essas operações são realizadas em condições vigentes à época de cada transação, onde os preços, prazos e condições praticados podem variar conforme o tipo de produto e o que foi negociado entre as partes. Nas operações de compra de matéria-prima, o pagamento é efetuado com prazo médio de 176 dias e nas demais operações, varia de acordo com o contrato.

- Relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação em 2020 e 2019:

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Nufarm S.A. – Argentina	Venda de produtos acabados e Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 7,00% a.a. com vencimento em maio e junho de 2020.
Nufarm Austrália Limited	Compra de matéria-prima, aquisição de intangível em 2005 e recebimento de recursos a título de mútuos com juros médios de 4,98% a.a. (4,98% a.a. em 2019) com vencimento em março de 2020;
Nufarm Americas Inc.	Compra de matéria-prima;
Nufarm Chile	Venda de produtos acabados;
Nufarm GMBH & Co.KG	Compra de matéria-prima e aquisição de intangível (em 2005);
Nufarm Treasury PTY Ltd	Recebimento de recursos a título de mútuo com juros médio de 4,98% a.a. (4,98 % a.a. em 2019) com vencimento em março de 2020; Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 8,20% a.a. com vencimento em janeiro de 2020;
Nufarm Services	Compra de matéria-prima e produtos acabados;
Nufarm Uruguai	Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 6,00% a.a. com vencimento em janeiro de 2020.
Nufarm Mexico	Remessa de recursos a título de mútuo com juros médio de 6,00 % a.a. com vencimento em outubro de 2019;

- Relação de empresas com as quais a Companhia manteve transação até 2019:

Nufarm Colômbia	Venda de produtos acabados;
Nufarm Crop Products UK Limited	Rateio das despesas globais da área de desenvolvimento de produtos;
Nuseed South América Ltda.	Rateio de despesas;
Atlântica Sementes S.A	Participação em sociedade até outubro de 2019;
Nufarm do Brasil Ltda.	Aquisição de intangível (em 2005) com atualização de juros de 4,66% a.a. (4,66 % a.a. em 2018);
Nufarm B.V.	Aquisição de intangível (em 2005) com atualização de juros de 4,66% a.a. (4,66 % a.a. em 2018);
Nufarm SAS (França)	Aquisição de intangível em 2005;
Nufarm Europe GMBH	Reembolso de despesas.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	2020	2019
Ativo circulante		
Contas a receber (nota explicativa 10)		
Nufarm S.A. – Argentina	58	25
Nufarm Chile	3.907	1.885
Nuseed S.A	-	188
Nussed Uruguat S.A	-	216
Nufarm Colômbia	-	8
	<u>3.965</u>	<u>2.322</u>
Outros créditos		
Nufarm Europe GMBH	-	1.199
	<u>-</u>	<u>1.199</u>
Empréstimos concedidos – Mútuos		
Nuseed South América	-	6.701
Nufarm Uruguai	-	1.906
Nufarm Argentina (a)	87.982	-
	<u>87.982</u>	<u>8.607</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		
Nufarm Austrália Limited	82.804	37.133
Nufarm Américas Inc.	27.526	9.837
Nufarm GMBH & Co.KG	43.087	27.130
Nufarm Services	244.027	234.987
Nufarm Crop Products UK Limited	-	2.523
Nufarm BV	-	1.158
	<u>397.444</u>	<u>312.768</u>
Outras contas a pagar		
Nufarm B.V.	-	4.130
Nufarm do Brasil Ltda.	-	299
	<u>-</u>	<u>4.429</u>
Empréstimos obtidos – Mútuos		
Nufarm Austrália Limited	-	20.631
Nufarm Treasury PTY Ltd	-	48.178
	<u>-</u>	<u>68.809</u>
Passivo não-circulante		
Fornecedores		
Nufarm SAS (França)	-	38
Nufarm do Brasil Ltda.	-	1.685
Nufarm B.V.	-	7.222
	<u>-</u>	<u>8.945</u>
Resultado		
Receita de venda		
Nufarm S.A. – Argentina	46	23
Nufarm Chile	4.129	6.884
Nufarm Colombia	-	808
	<u>4.175</u>	<u>7.715</u>

	2020	2019
CMV/CPV		
Nufarm S.A. - Argentina	(33)	-
Nufarm Chile	(3.595)	(6.334)
Nufarm Colombia	-	(696)
	<u>(3.628)</u>	<u>(7.030)</u>
Outras Receitas		
Nuseed Global Innovation LTD	-	527
	<u>-</u>	<u>527</u>
Receitas financeiras - Receita de juros		
Nufarm S.A. - Argentina	1.828	-
Nufarm Uruguai	31	25
Nuseed South América Ltda.	-	62
Outros – variação cambial líquida	-	(152)
Nufarm México	72	-
Nufarm Treasury	3.178	-
	<u>5.109</u>	<u>(65)</u>
	2020	2019
Despesa financeira - Despesa de juros		
Nufarm Austrália Limited	(255)	(1.042)
Nufarm Treasury PTY Ltd	(596)	(2.423)
Nussed Américas Inc	-	(2.744)
	<u>(851)</u>	<u>(6.209)</u>

- (a) Saldo com expectativa de recebimento até 30 de setembro de 2020. Em abril de 2020, a Nufarm Argentina também passou a fazer parte do Grupo Sumitomo (nota explicativa nº 36).

Remuneração pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Presidência e Diretores, perfaz o montante de R\$ 10.938 (R\$ 11.419 em 2019), e contempla apenas a remuneração direta, como salários, bônus e PPR (Programa de Participação no Resultado). A Companhia não oferece ao seu pessoal-chave nenhum tipo de benefício pós-emprego ou outro que não seja de curto prazo, inclusive benefícios de aposentadoria e pensão.

13 Impostos a recuperar, imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
ICMS a recuperar	32.824	29.232
PIS/COFINS a recuperar	10.792	12.944
IRRF a recuperar	1.826	2.931
IPI a recuperar	48.258	56.187
Outros impostos a recuperar	4.982	11.368
	<u>98.682</u>	<u>112.662</u>
Total		
	<u>53.631</u>	<u>67.495</u>
Circulante		
	<u>45.051</u>	<u>45.167</u>
Não circulante		

ICMS a recuperar

A Companhia registra créditos de ICMS sobre aquisições de matérias-primas, embalagens e outros insumos aplicados no processo produtivo e, por outro lado, se favorecendo dos seguintes benefícios fiscais, nas vendas realizadas em cada Estado no qual possui um Centro de Distribuição - CD:

CD-Localização	Vendas dentro do Estado	Vendas fora do Estado
Ceará	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Mato Grosso	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
São Paulo	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Paraná	Diferido (alíquota zero)	Redução de 60% da base de cálculo
Bahia	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Tocantins	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Goiás	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Rio Grande do Sul	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo

Com relação aos créditos de ICMS do Estado do Paraná, a Companhia continua requerendo as suas homologações para transferência a terceiros, baseadas na norma de procedimento fiscal nº 001/2009. No ano de 2019 foi iniciado um novo processo de habilitação de saldo credor de ICMS, correspondente aos saldos gerados no período de setembro/2014 a dezembro/2018, e corresponderá ao montante de aproximadamente R\$ 11.142 mil. Os créditos homologados são objeto de negociação com empresas detentoras de saldo devedor naquele estado. O processo de habilitação ainda está em curso.

No que se refere aos créditos de ICMS no Estado do Rio Grande do Sul, a Administração da Companhia vem intensificando as operações de venda para as regiões sul e sudeste, sobretudo para o estado do Paraná, de modo a realizar o referido saldo com os débitos de ICMS incidentes sobre essas operações. Por conta dessa iniciativa, houve uma redução de 20% no saldo credor acumulado em relação ao ano anterior.

PIS e COFINS a recuperar

As vendas dos produtos da Companhia, com exceção do Adesil, são beneficiadas pela alíquota zero do PIS e da COFINS e os créditos dessas contribuições são originários de compras de insumos. A Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da compensação dos tributos e contribuição previdenciária administrados pela Receita Federal do Brasil.

A possibilidade de compensação com a contribuição previdenciária está disposta na Lei nº 11.457/2007, art. 26-A, I. Todavia, com o advento da Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, não é mais permitida a compensação das estimativas mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

IPI Prêmio

O valor apresentado nessa conta é reflexo do reconhecimento em 2014 do valor de R\$ 40.269, relativo ao processo judicial de Crédito Prêmio de IPI, cuja decisão transitada em julgado reconhece o direito da Companhia a este crédito. Esses créditos não tem data para prescrição.

IPI a recuperar

As vendas dos produtos da Companhia, com exceção do Adesil, são beneficiadas pela alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados, e os créditos de IPI são originários de compras de insumos. Como já mencionado, a Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da sua compensação com os tributos e contribuição previdenciária a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil, inclusive os retidos na fonte.

Outros impostos

Foram considerados como outros impostos a recuperar os valores correspondentes a pagamento de demais tributos.

Impostos de renda e contribuição social - corrente

Conforme IAS 1 para fins de melhor apresentação, o valor de imposto de renda e contribuição social – estimativas, referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, foram apresentados em conta específica no balanço patrimonial, no ativo circulante.

	2020	2019
Imposto de renda	20.199	24.941
Contribuição social	9.972	11.823
Circulante	30.171	36.764

14 Outros créditos

	2020	2019
Despesas a apropriar (i)	15.170	6.644
Adiantamentos a funcionários	1.123	1.412
Operações de SWAP	7.558	872
Outras contas a receber – partes relacionadas	-	1.199
Outras contas a receber (ii)	11.497	3.703
Total	35.348	13.830
Circulante	34.910	12.696
Não circulante	438	1.134

- (i) Despesas a apropriar – Consiste, principalmente, ao valor pago à INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) constituída em janeiro de 2020 no valor de R\$ 6.789.
- (ii) Outras contas a receber – Refere-se substancialmente ao ressarcimento de sinistros junto a seguradoras R\$ 2.261 e recebimento de *rebates* junto a Sumitomo referente a compras realizadas no exercício no valor total de R\$ 8.354.

15 Ativo fiscal diferido

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre diferenças temporárias	(2.124)	30.229
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre prejuízos fiscais	35.841	(5.227)
	33.717	25.002

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o lucro diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros provenientes de diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Com base em estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito nos seguintes períodos:

	2020	2019
Agosto/19 a Julho/20	11.808	12.437
Agosto/20 a Julho/21	14.646	15.275
Agosto/21 a Julho/22	7.263	2.681
Total	33.717	30.393

a. Impostos diferidos sobre diferenças temporárias

Os saldos em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019 têm a seguinte origem:

	2020	2019
Adições temporárias		
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber	4.822	272
Provisão para contingências	163	521
Provisão para fretes	1.047	2.688
Provisão para rebates – Incentivo de venda	1.440	5.024
Provisão para deduções comerciais	1.848	3.401
Provisão para devoluções	1.572	1.171
Variação cambial	69.596	25.724
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.151
Depreciação acelerada	2.285	2.202
Provisão gratificação	323	1.274
Provisão participação no resultado	26	4.839
Outras provisões	12.170	10.694
Subtotal	<u>95.292</u>	<u>62.961</u>
Exclusões temporárias		
Variação cambial	(78.413)	(24.845)
Depreciação Lei nº 11.638	(8.187)	(7.887)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.816)	-
Subtotal	<u>(97.416)</u>	<u>(32.732)</u>
Total	<u>(2.124)</u>	<u>30.229</u>

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Adições e (exclusões) temporárias		
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	4.550	(5.739)
Provisão para deduções comerciais	(1.553)	(1.311)
Provisão para rebates – Incentivo de venda	(3.585)	948
Variação cambial	(9.696)	(9.032)
Provisão para gratificação	(951)	280
Outras adições/exclusões temporárias (i)	<u>21.118</u>	<u>4.107</u>
Subtotal	<u>(32.353)</u>	<u>(10.747)</u>
Prejuízos fiscais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal	<u>35.677</u>	<u>(3.162)</u>
Total	<u><u>3.324</u></u>	<u><u>(13.909)</u></u>

- (i) Outras adições/ exclusões – O maior impacto refletido na rubrica de Outras Adições/Exclusões se dá principalmente pelos instrumentos derivativos resultante da grande volatilidade cambial do exercício.

Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, a Companhia possui prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar sobre os seguintes valores-base:

	2020	2019
Prejuízo fiscal	<u>207.635</u>	<u>173.742</u>
Base negativa de contribuição social	207.635	173.742

16 Investimentos

	2020	2019
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.	49	49
	<u>49</u>	<u>49</u>

Em 29 de outubro de 2019, a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária na controlada Atlântica Sementes S.A. no valor de R\$ 53.001, recebido integralmente em moeda corrente no ato da operação, obtendo um ganho de R\$ 637 registrado no resultado do exercício, conforme apresentado na movimentação abaixo:

Controlada - Atlântica Sementes S.A	Valor
Valor patrimonial do investimento	33.171
Ajuste patrimonial na controlada	3.218
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(1.072)</u>
Subtotal	<u>35.317</u>
Relização da reserva especial de ágio (a)	17.047
Valor de alienação do investimento	(53.001)
Ganho na alienação do investimento	<u>637</u>
Saldo de investimento – Atlântica Sementes S.A.	<u><u>-</u></u>

- (a) Em virtude da alienação da participação societária, a Companhia realizou o ágio na aquisição da controlada, no montante de R\$ 17.047, registrado na conta de Reserva de capital, no Patrimônio líquido.

17 Outros investimentos

	2020	2019
Fundo Investimento Direito Creditório - FIDC Subordinado Nufarm Brasil (i)	12.022	11.127
Certificado Recebíveis Agronegócio -CRA Mezanino (ii)(iii)(iv)	9.598	19.120
FIDC - Excesso Spread (v)	9.738	1.405
Certificado Recebíveis Agronegócio - CRA Subordinado (vi)	35.850	33.959
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos (vii)	(11.061)	(7.047)
	56.147	58.564

- (i) Cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nufarm Brasil.
- (ii) Investimento em “CRA Mezanino” da 2ª Série da 11ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A celebrado em 5 de julho de 2016.
- (iii) Investimento em “CRA Mezanino” da 4ª Série da 11ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A celebrado em 1º de novembro de 2017.
- (iv) Investimento em “CRA Mezanino” da 2ª Série da 22ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Agro Securitizadora S.A celebrado em 21 de novembro de 2017.
- (v) Excesso de *spread* das operações de securitização de recebíveis realizadas através do FIDC Nufarm Brasil e Octante Securitizadora S.A. O excesso de *spread* é uma taxa adicional incluída no custo de cessão com a finalidade de cobrir eventuais diferenças na remuneração fixa devida aos investidores da cota sênior em função de mudanças na taxa de CDI no decorrer da operação. O excesso de *spread* é um instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.
- (vi) Investimento em Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 6ª e 8ª emissão da Vert Companhia Securitizadora em 18 de agosto de 2017 e 6 de setembro de 2017, respectivamente, no valor total de R\$ 16.343. Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 6ª emissão da Vortex DTVM Ltda (R\$ 7.036) de Outubro de 2018 e e Certificados de Recebíveis do Agronegócio subordinado da 3ª série da 12ª emissão da Gaia Securitizadora S.A. (R\$ 9.844).
- (vii) Provisão constituída sobre eventuais riscos de crédito em operações onde a Companhia possui quotas CRA/FIDC. No Ano de 2020, não houve nenhuma ocorrência de perda.

18 Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação acumulada

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Telefone	Imobilizado em andamento	Benfeitoria em bens de terceiros	Total
Custo													
Saldos em 1º de agosto de 2018	708	25.748	20.918	3.468	7.709	25.391	2.815	6.779	37	922	19.123	123	113.741
Adições	-	36	1.310	131	1.394	20	693	1.352	-	286	9.419	-	14.641
Baixas	-	-	(340)	(15)	(2.148)	-	-	(2)	-	-	(1.130)	-	(3.635)
Transferências	-	714	3.475	434	-	5.222	1.232	94	-	3	(11.174)	-	-
Saldos em 31 de julho de 2019	708	26.498	25.363	4.018	6.955	30.633	4.740	8.223	37	1.211	16.238	123	124.747
Adições	-	-	961	81	874	682	403	1.174	-	312	8.888	-	13.375
Baixas	-	-	(3.210)	(180)	(1.873)	-	-	(401)	-	(4)	(931)	-	(6.599)
Transferências	-	-	5.567	36	5	8.801	-	59	-	323	(15.994)	-	(1.203)
Efeito Alienação de Investida*	(120)	(27)	(306)	(113)	(1.790)	-	(1)	(289)	-	-	2	(123)	(2.767)
Saldos em 31 de março de 2020	588	26.471	28.375	3.842	4.171	40.116	5.142	8.766	37	1.842	8.203	-	127.553
Depreciação													
Saldos em 1º de agosto de 2018	-	(9.951)	(6.923)	(2.841)	(1.563)	(10.388)	(1.027)	(4.680)	(33)	(429)	-	(123)	(37.958)
Adições	-	(496)	(1.347)	(225)	(1.206)	(1.414)	(220)	(923)	-	(226)	-	-	(6.057)
Baixas	-	-	225	(90)	1.474	-	-	(210)	(1)	(154)	-	-	1.244
Saldos em 31 de julho de 2019	-	(10.447)	(8.045)	(3.156)	(1.295)	(11.802)	(1.247)	(5.813)	(34)	(809)	-	-	(42.771)
Adições	-	(337)	(1.091)	(151)	(468)	(1.266)	(228)	(691)	(1)	(367)	-	-	(4.600)
Baixas	-	-	3.207	88	1.442	-	-	225	-	-	-	-	4.962
Efeito Alienação de Investida(*)	-	6	197	66	424	-	(1)	166	-	(1)	-	123	980
Saldos em 31 de março de 2020	-	(10.778)	(5.732)	(3.153)	103	(13.068)	(1.476)	(6.113)	(35)	(1.177)	-	-	(41.429)
Valor contábil													
Saldos em 31 de julho de 2019	708	16.051	17.318	862	5.660	18.831	3.493	2.410	3	402	16.238	-	81.976
Saldos em 31 de março de 2020	588	15.693	22.643	689	4.274	27.048	3.666	2.653	2	665	8.203	-	86.124

(*) Efeito alienação de Investida – Atlântica sementes (Nota 16).

A Companhia não possui ativos imobilizados retirados das operações e separados, como também não possui ativos temporariamente paralisados. A redução na conta Imobilizado em andamento corresponde a uma transferência para o Intangível, no valor de R\$ 1.203 (Nota explicativa nº 19).

Em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019 o efeito não caixa nas adições de Imobilizado foi de R\$ 1.670 e R\$ 1.749, respectivamente. As alienações de Imobilizado com efeito não caixa somaram o montante de R\$ 5.988 em 31 de março de 2020 (R\$ 2.775 em 31 de julho de 2019).

Provisão para redução no valor recuperável

Em consonância com o disposto no IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve proceder com avaliação de recuperação dos ativos com vida útil definida caso existem indicativos de perda no valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, foi identificado que a Companhia não possui ativos que tenham diminuído consideravelmente o seu valor de mercado, como também não ocorreram mudanças externas com efeito adverso sobre a Companhia no exercício em curso, e nem há perspectivas de mudanças significativas de curto prazo relacionadas a novas tecnologias, mercado, economia e legislação no mercado em que são utilizados os ativos. Não há plano de descontinuar ou reestruturar as operações, ou de proceder à baixa de um ativo em momento anterior à data esperada para o final de sua vida útil.

Diante das informações descritas acima não há indícios para registro de provisão para redução ao valor recuperável, para os exercícios encerrados em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019.

19 Intangível

a. Movimentação do custo e amortização acumulada

Custo	Software	Custos de desenvolvimento	Lista de Clientes	Patentes e Marcas	Ágio por Rentabilidade Futura Aquis. Investimentos	Implantação de software	Banco de dados (a)	Total
Saldos em 1º de agosto de 2018	22.744	43.218	5.904	38.173	13.857	-	-	123.896
Aquisição	79	3.626	-	12	-	-	-	3.717
Baixas	-	(247)	-	(12)	-	-	-	(259)
Saldos em 31 de Julho de 2019	22.823	46.597	5.904	38.173	13.857	-	-	127.354
Aquisição	311	3.800	-	2.421	-	496	54.410	61.438
Baixas	-	(69)	-	(2.662)	-	-	-	(2.731)
Transferência	-	560	-	-	-	643	-	1.203**
Efeito Alienação Investida*	(66)	-	(5.904)	(2.019)	(13.857)	-	-	(21.846)
Saldos em 31 de março de 2020	23.068	50.888	-	35.913	-	1.139	54.410	165.418
Amortização								
Saldos em 31 de julho de 2018	(4.955)	(4.485)	(2.755)	(2.096)	-	-	-	(14.291)
Amortização	(2.688)	(776)	(590)	(734)	-	-	-	(4.788)
Saldos em 31 de Julho de 2019	(7.643)	(5.261)	(3.345)	(2.830)	-	-	-	(19.079)
Amortização	(1.800)	(1.160)	-	(355)	-	-	-	(3.315)
Efeito Alienação Investida*	57	-	3.345	1.145	-	-	-	4.547
Saldos em 31 de março de 2020	(9.386)	(6.421)	-	(2.040)	-	-	-	(17.847)
Valor contábil								
Saldos em 31 de julho de 2019	15.180	41.336	2.259	35.343	13.857	-	-	108.275
Saldos em 31 de março de 2020	13.682	44.467	-	33.873	-	1.139	54.410	147.571

(*) Efeito alienação de Investida – Atlântica sementes (Nota 16).

(**) O aumento como transferência para o Intangível, no valor de R\$ 1.203 é correspondente a redução na conta Imobilizado em andamento. (Nota 18).

Em 31 de março de 2020, a Companhia possui um montante de R\$ 35.913 (R\$ 38.713 em 2019), registrado em patentes e marcas, sendo que R\$ 21.274 (R\$ 21.274 em 2019) corresponde a aquisições de licenças adquiridas de empresas relacionadas à Companhia, R\$ 14.180 (R\$ 16.985 em 2019) corresponde a aquisições de licenças junto a terceiros e R\$ 459 (R\$ 454 em 2019) corresponde a despesas ocorridas para registro e manutenção de marcas.

A Companhia possui um montante de R\$ 15.970 (R\$ 15.970 em 2019) de ativos intangíveis com vida útil definida.

O efeito não caixa nas adições de Intangível, em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, foi de R\$ 1.159 e R\$ 815, respectivamente.

Em março, a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 54.410, a licença de uso de informações constantes em um banco de dados e referentes a pesquisas científicas, toxicológicas, mercadológicas e estudos de eficácia agrônômica para suportar o desenvolvimento do nosso portfólio. Por se tratar de um direito de uso de dados por tempo indeterminado, sua vida útil foi considerada indefinida e seu valor contábil deverá ser testado anualmente com relação à redução ao valor recuperável.

20 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	242.230	236.438
Fornecedores - Partes relacionadas (nota nº12)	397.444	321.663
Fornecedores internacionais	11.740	19.145
Operação “forfaiting”(a)	413.959	248.456
	<u>1.065.373</u>	<u>825.702</u>
Circulante	<u>1.065.373</u>	<u>816.757</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>8.945</u>

- (a) A Companhia possui convênios firmados com bancos parceiros que possibilitam estruturar, com seus principais fornecedores, uma operação de cessão de crédito usualmente denominada “forfaiting” e Risco Sacado. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que por sua vez, passa a ser credor da operação. A Companhia revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições originalmente estabelecidas com os fornecedores e, portanto, não sendo considerada a operação como financiamento. Em 31 de março de 2020, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, relativo a essa operação totaliza R\$ 413.959 (R\$ 248.456 em 31 de julho de 2019).

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base em um prazo médio de vencimento de 216 dias a taxas anuais de 6,638% para fornecedores nacionais e 5,000% para fornecedores estrangeiros (mercado nacional 9,615% e mercado internacional 4,300% em 2019). A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face da compra é considerado como despesa financeira. O valor presente foi calculado utilizando a taxa média de captação no mercado. A exposição da Companhia aos riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores está divulgado na nota explicativa nº 33.

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Referência	2020	2019
Moeda nacional			
Capital de giro	A	372.176	134.024
FINEP	B	25.372	27.138
CCE	C	465.052	-
FINAME	D	-	43
CDC	E	291.416	1.166
DEBÊNTURES	F	202.284	199.734
FEPM	G	-	6.260
		<u>1.356.300</u>	<u>368.365</u>
Subtotal em moeda nacional			
Moeda estrangeira			
Resolução nº 4.131	H	-	59.656
FIPOD	I	38.800	34.556
FINIMP	J	-	2.558
		<u>38.800</u>	<u>96.770</u>
Subtotal em moeda estrangeira			
		<u>1.395.100</u>	<u>465.135</u>
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			
		<u>1.159.548</u>	<u>219.120</u>
		<u>235.552</u>	<u>246.015</u>
Circulante		1.159.548	219.120
Não circulante		235.552	246.015

Referência	Moeda	Indexador	Vencimento	Encargos 2020	Encargos 2019
A	Real	Pré e Pós	2020	CDI+3,0%	CDI+3,13%, +1,86%, +1,82% a.a
B	Real	Pré	2020/2022	4,0% a 6,98% a.a.	4,0% a 6,98% a.a.
C	Real	Pré e Pós	2020	CDI+2,73% a.a.	-
D	Real	Pré	2022	-	10,9% a.a
E	Real	-	2020	4,52% e 5,95% a.a	-
F	Real	-	2021	CDI+2,3% a.a.	CDI+2,3% a.a.
G	Real	Pré	2019	-	0,90& a.m., 7% a 8,5% a.a.
H	DOLAR	USD	2020	-	VC+2,74% a.a, +2,21% a.a, +2,48% a.a
I	DOLAR	USD	2020/2021	-	-
J	DOLAR	USD	2019	-	0,976% a.m.

Sazonalidade do endividamento

A alteração do exercício social, que passou a iniciar em 01 de abril e terminar em 31 de março impede a completa comparabilidade entre os exercícios. A sazonalidade do agronegócio e a concentração de recebimentos no exercício pós-safra fazem com que a Companhia apresente maior nível de endividamento este ano, se comparado a 31 de julho de 2019.

a. Debêntures

A segregação de circulante e não circulante das debêntures registradas em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, segue demonstrada abaixo:

	2020	2019
Circulante	2.284	-
Não circulante	200.000	199.734
	202.284	199.734

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2020	2019
2020	2.284	-
2021	200.000	199.734
	202.284	199.734

Características da oferta

Debêntures	1ª. Emissão
Tipo	Simplex, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	20.000
Remuneração	Taxa DI + 2,3% a.a.
Emissão	15/07/2018
Vencimento	15/07/2021

Em 27 de março de 2020, em reunião de Assembleia Geral de Debenturistas, com a presença de 100% dos titulares das debêntures, foram aprovados todos os temas da ordem do dia: (i) mudança de controle acionário da Nufarm Ind. Química e Farmacêutica S/A para a Sumitomo Chemical do Brasil conforme obrigação estabelecida na cláusula 7.1.1.(v); (ii) substituição da garantia corporativa que lastreia a emissão, da Nufarm Limited para Sumitomo Chemical Company, bem como um período adicional de 90 dias após a data da Assembleia para a formalização da nova garantia corporativa junto ao agente fiduciário da emissão; e (iii) exclusão dos *covenants financeiros* previstos na cláusula 7.1.2 da escritura de emissão das debentures.

Dessa forma, no exercício findos em 31 de março de 2020, a Companhia está em compliance com a escritura das Debêntures.

Não existem outras cláusulas restritivas vinculadas aos demais empréstimos e financiamentos da Companhia.

b. Termos e cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante de empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2020	2019
Abr/20 a Mar/21	-	15.091
Abr/21 a Mar/22	215.395	216.002
Abr/22 a dez/25	20.157	14.922
	235.552	246.015

c. Garantias

As seguintes garantias foram dadas para os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto:

	2020	2019
Duplicatas do contas a receber de clientes	24.000	24.000
Parent Guarantee (garantia da Matriz – Sumitomo Chemical S.A)	797.395	438.457
	821.395	462.457

O financiamento obtido junto à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos está garantido por carta de fiança bancária. A Companhia não está sujeita a cláusulas restritivas em seus contratos de financiamentos.

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	2020		
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo apresentado em 31 de julho de 2019	265.401	199.734	465.135
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(141.726)	-	(141.726)
Empréstimos e financiamentos tomados	1.058.148	-	1.058.148
Juros pagos	(8.916)	(7.815)	(16.731)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	907.506	(7.815)	899.691
Outras variações relacionadas com passivos			
Efeito Alienação de Investida – Atlantica Sementes*	(22.808)	-	(22.808)
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	21.457	10.365	31.822
Variações cambiais reconhecidas no resultado	21.260	-	21.260
Total de outras variações relacionadas com o passivo	42.717	10.365	53.082
Saldo em 31 de março de 2020	1.192.816	202.284	1.395.100

(*) Efeito Alienação de Investida – Atlântica Sementes (Nota 16).

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	2019		
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo apresentado em 31 de julho de 2018	245.942	197.970	443.912
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(703.010)	-	(703.010)
Empréstimos e financiamentos tomados	714.634	-	714.634
Juros pagos	(30.457)	(16.455)	(46.912)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(18.833)	(16.455)	(35.288)
Outras variações relacionadas com passivos			
Encargos financeiros reconhecidos no resultado	36.741	17.130	53.871
Outros gastos de captação e estruturação de debêntures	-	1.089	1.089
Variações cambiais reconhecidas no resultado	1.551	-	1.551
Total de outras variações relacionadas com o passivo	38.292	18.219	56.511
Saldo em 31 de julho de 2019	265.401	199.734	465.135

e. Descrição dos empréstimos bancários

Cédula de Crédito à Exportação - CCE

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas que fazem parte da cadeia exportadora, para financiamento à exportação e à produção de bens para exportação, incluindo as atividades de apoio e complementação fundamentais à exportação.

Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de recursos captados no exterior em moeda estrangeira via Resolução nº 4.131/62 com instituições financeiras.

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas para financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

FIPOD (Financing portfolio of defaulters)

Estrutura de financiamentos, em moeda estrangeira, para clientes com dificuldades financeiras momentâneas (e prorrogados), onde um banco financia este com o apoio da Companhia para liquidação dos valores devidos à Nufarm.

22 Financiamentos de tributos

	Indexador	Taxa de juros 2020 e 2019	Ano de vencimento	2020	2019
FDI/Provin	TJLP	100%	2022	12.782	11.312
Circulante				3.130	2.543
Não circulante				9.652	8.769

Banco Bradesco FDI/PROVIN - O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial, decidiu subvencionar empresas cujas atividades são consideradas estratégicas para a economia local, por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial-PROVIN, tendo como órgão gestor o Banco Bradesco S.A., sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC.

Com base na Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, emitido em 20 de outubro de 2005, foi firmado Termo de Acordo concedendo o diferimento do ICMS. O Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005 concede a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo mensal de ICMS, com diferimento de 75% do ICMS recolhido mensalmente excedente e dentro do prazo legal pela sociedade empresária acordante beneficiária do PROVIN/FDI, incidente sobre operações resultantes de seu processo industrial, com base na média dos valores em UC/FDI a ser determinada pelo Banco Bradesco, durante 96 meses, no período de dezembro de 2004 até novembro de 2012, nos termos da Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, renovado por mais 120 meses, no período de dezembro de 2012 até novembro de 2022, conforme ofício CEDIN nº 605/2012 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE, ratificado pelo 4º Aditivo ao Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005.

O equivalente a 25% da parcela do ICMS diferido, com as atualizações previstas na legislação do FDI, será liquidado em uma só vez, no último dia útil do mês de vencimento, ao término do período de carência de 36 meses, contados a partir do desembolso.

Adicionalmente, o termo de acordo CEDIN condiciona a adoção de algumas medidas como: emissão do termo de declaração de ICMS Diferido, pagamento do ICMS porventura devido, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, inclusive o recolhimento das parcelas devidas ao PIS/PASEP, e cumprir as cláusulas atinentes ao protocolo de intenções e a resolução do CEDIN, e pagar as taxas e despesas decorrentes da fruição do benefício FDI/PROVIN.

A Companhia registra em seu passivo somente o valor correspondente a 25% relativo ao ICMS incentivado, por entender que todos os requisitos para a obtenção dos incentivos foram atingidos e que as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, bem como o recolhimento dos valores remanescentes serão realizadas nos prazos estabelecidos.

O valor reconhecido no resultado do exercício de acordo com o parágrafo anterior pode ser identificado conforme segue:

Período	R\$
2012/2013	3.914
2013/2014	5.090
2014/2015	7.516
2015/2016	9.312
2016/2017	6.469
2017/2018	11.572
2018/2019	14.428
2019/2020	7.829
Total	<u>66.130</u>

A Companhia goza de outro incentivo fiscal, ligado à redução do imposto de renda nos termos da lei vigente, como segue:

- **Laudo Constitutivo nº 0133/2014** - Atividade objeto da redução - Fabricação de Defensivos Agrícolas - Herbicidas (inclusive os da base de Glifosato e 2,4D), Inseticidas e Fungicidas (inclusive os da base de Carbendazim) com capacidade instalada do empreendimento de 140.711.496 litros/ano (redução de 75% do imposto de renda e adicionais não dedutíveis, por um prazo de 10 anos, com início no ano calendário de 2014 e término no ano calendário de 2023).

A abrangência do Laudo Constitutivo nº 0133/2014 contemplou os objetos de incentivo concedidos pelos Laudos Constitutivos nº 0033/2008 e 0041/2011, não se fazendo mais necessária a utilização destes Laudos para fins de fruição do benefício. O valor reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de julho de 2019, referente à redução do imposto de renda e seus adicionais totalizou R\$ 3.196. Em virtude do prejuízo fiscal no exercício findo em 31 de março de 2020, não houve reconhecimento de incentivo fiscal SUDENE.

23 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	2020	2019
ICMS a recolher (a)	964	6.570
CSLL/PIS/COFINS a recolher	355	1.780
ISS a recolher	445	929
IRRF a recolher	3.062	4.897
Imposto de renda e contribuição social (a)	-	11.781
INSS e FGTS a recolher	2.830	2.560
Provisão de férias, 13º salário e encargos	13.902	16.275
Provisão de gratificação e participação nos resultados (b)	-	17.682
Outros	111	2.647
Total	<u>21.669</u>	<u>65.121</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(11.781)</u>
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	<u>21.669</u>	<u>53.340</u>

- (a) A alteração do exercício social e a sazonalidade do agronegócio, com concentração de vendas no período pré-safra e manutenção de custos fixos ao longo de todo o exercício, causam variações nos resultados operacionais entre os trimestres do exercício social e fazem com que a Companhia apresente menor nível de tributos a recolher sobre faturamento e resultado em 31 de março.

- (b) A conclusão do processo de aquisição da Companhia ensejou o pagamento antecipado da gratificação prevista na política corporativa, proporcionalmente ao resultado apresentado em 31 de março.

24 Outras contas a pagar

	2020	2019
Provisões de rebates – incentivo de venda	3.954	14.497
Provisões de frete	9.873	14.894
Provisão para devolução	4.625	3.445
Provisões diversas	5.435	10.004
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	4.429
Outras contas a pagar	49	6.136
	<u>23.936</u>	<u>53.405</u>

Os saldos das provisões listadas nesta nota são igualmente impactados pela sazonalidade descrita nas notas explicativas nº 10 e nº 23, tendo em vista que tais provisões possuem relação direta com o faturamento.

25 Passivo de arrendamento

	2020	2019
Imóveis – salas comerciais	4.687	-
Veículos	8.298	-
	<u>12.985</u>	<u>-</u>
Circulante	<u>6.326</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>6.659</u>	<u>-</u>

Os impactos e critérios da adoção inicial do Passivo de arrendamento conforme IFRS 16 estão mencionados na nota explicativa nº 8.

26 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração avalia periodicamente os riscos contingentes, seguindo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, tendo como objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme seja o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Composição dos saldos por natureza dos processos

	2020	2019
Tributários	1	-
Trabalhistas	98	1.151
Cível	219	219
	<hr/>	<hr/>
Total	318	1.370

Movimentação dos processos por natureza durante o exercício

	Tributário	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de julho de 2018	<hr/> -	<hr/> 71	<hr/> 219	<hr/> 290
Adição (a)	-	1.162	-	1.162
Baixas/reversões	<hr/> -	<hr/> (82)	<hr/> -	<hr/> (82)
Saldo em 31 de março de 2019	<hr/> -	<hr/> 1.151	<hr/> 219	<hr/> 1.370
Adição	1	98	-	99
Baixas/reversões (a)	<hr/> -	<hr/> (1.151)	<hr/> -	<hr/> (1.151)
Saldo em 31 de março de 2020	<hr/> 1	<hr/> 98	<hr/> 219	<hr/> 318

- (a) A redução na contingência, em matéria trabalhista, deu-se em decorrência de evolução processual mediante acordo junto ao reclamante, homologado em setembro de 2019, conforme Ata de Audiência, informado pelos Assessores Jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui ações classificadas pela Administração como riscos possíveis, para as quais não há constituição de provisão e estão estimadas em R\$ 160.862 em 31 de março de 2020 (R\$ 193.812 em 31 de julho de 2019).

Dentre as causas possíveis, merecem destaque aquelas relevantes que versam sobre as seguintes matérias:

- A ação de natureza cível está relacionada ao processo 0004853-39.2012.8.05.0027, foi movida em 2012 e o valor atualizado em 31 de março de 2020 totaliza R\$ 36.601 (R\$ 33.414 em 30 de julho de 2019). Julgamento em 1ª instância favorável a Nufarm, o Tribunal de Justiça anulou a sentença, determinando o retorno do processo para instrução processual. Considerando que o ônus probatório é do autor (Código Civil), que deve provar o dano alegado através de perícia técnica (ineficiência do produto), a expectativa é pela improcedência da ação, tendo em vista a inviabilidade de produção da prova após decorrido 9 anos do suposto ato ilícito indenizável.
- Há ações ambientais no montante de R\$ 22.454 movidas em dezembro de 2017 relacionadas à disposição indevida de embalagens por terceiros. Nesses processos, não houve sequer a citação da Companhia, pois os autores não demonstraram os requisitos necessários à concessão da justiça gratuita e o juiz determinou a intimação deles para atenderem ao despacho judicial sob pena de encerramento das demandas.
- As contingências de natureza tributária se referem a autos de infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará e estão relacionadas em grande parte a estorno de ICMS. Do

montante total de R\$ 18.278, o valor de R\$ 6.711 foram julgados favoráveis à empresa em 10 de julho de 2019, sendo encerrados.

- **Processo nº 10380.730581/2013-67** - A Companhia recebeu auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil durante o período de 2013, quando foi questionada a dedutibilidade do ágio pago em aquisição de participação acionária da Agripec, bem como a dedutibilidade de perdas em operações no mercado de opções ocorrida no exterior, no período de 2006 a 2008. O crédito tributário levantado pelo auditor fiscal, em valores originais, é de R\$ 25.919 a título de Imposto de Renda e R\$ 9.361 a título de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

O processo encontra-se atualmente em 3ª instância administrativa, com decisão desfavorável à Companhia, ao qual foram interpostos Embargos de Declaração para esclarecer pontos da decisão. Após a análise deste recurso o processo descenderá novamente para 2ª instância para cumprir determinação da 3ª instância e depois retornará à essa para nova análise. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, existem probabilidades de êxito, haja vista a existência de jurisprudências favoráveis sobre os assuntos. Estima-se um trâmite processual em torno de 10 a 15 anos para trânsito em julgado com provável ganho de causa

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019 era de R\$ 793.289.360,25 (setecentos e noventa e três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos) representado por 11.257.156 (onze milhões duzentas e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, estando assim distribuídas:

<i>Composição</i>	Capital social		
	Quantidade	%	Valor
Acionista			
Nufarm Austrália Limited	11.257.155	100	793.289
Outros	<u>1</u>	-	-
Total	<u>11.257.156</u>	<u>100</u>	<u>793.289</u>

b. Reserva de capital

A utilização da reserva de capital obedece aos preceitos do artigo 200 da Lei nº 6.404/76. Esta reserva está constituída da seguinte forma:

	2020	2019
Reserva de incentivo fiscal	165	165
Incentivos fiscais Sudene	3.266	3.266
Reserva especial de ágio na incorporação (i)	-	(17.047)
	<u>3.431</u>	<u>(13.616)</u>

- (i) A reserva foi realizada quando da alienação da totalidade da participação societária da sua controlada Atlântica Sementes S.A., conforme notas explicativas nº 16.

Reserva de Incentivo Fiscal - PAT

A Companhia está cadastrada no PAT-programa de alimentação do trabalhador e constituiu em Abril de 2006 reserva de incentivo fiscal PAT referente aos exercícios de 2004 e 2005 no

montante de R\$ 165.

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

A Companhia registrou como reserva de capital o montante de R\$ 3.266, relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos exercícios de 2005 e 2007. A classificação em conta de reserva de capital se deu em conformidade com o art. 182, § 1º, alínea “d”, da Lei nº 6.404/76, vigente no período em que tais subvenções foram devidas.

c. Reserva de Lucro

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

Em dezembro de 2019, a Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 4.694, relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos períodos de 2014 a 2018. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito do FDI do Governo do Estado do Ceará

Em dezembro de 2019, a Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 14.546, relativo às subvenções recebidas no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN), concedido pelo Governo do Estado do Ceará, nos exercícios de 2011 a 2017. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Remuneração dos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Nos exercícios encerrados em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, não houve distribuição de dividendos nem pagamento de juros sobre capital próprio visto a compensação de prejuízos acumulados

d. Outros Resultados Abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes os ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa.

28 Receita de vendas

	2020	2019
Receita bruta		
Mercado interno	1.800.115	2.981.433
Mercado externo	4.175	8.647
Dedução da receita		
Devoluções e cancelamentos	(210.437)	(232.597)
Rebates – Incentivo de venda	(37.781)	(56.518)
Impostos incidentes sobre vendas	(32.499)	(70.541)
Receita líquida	<u>1.523.573</u>	<u>2.630.424</u>

A alteração do exercício social e a sazonalidade do agronegócio, com concentração de vendas no período pré-safra e manutenção de custos fixos ao longo de todo o exercício, tendem a causar variações nos resultados operacionais entre os trimestres do exercício social e impedem a completa comparabilidade entre os exercícios.

29 Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas

	2020	2019
Matéria- prima	(721.917)	(1.318.965)
Produtos adquiridos para revenda	(372.303)	(607.183)
Embalagens	(49.190)	(64.680)
Mão-de-obra direta	(10.623)	(10.922)
Gastos gerais de fabricação	(10.206)	(16.763)
	<u>(1.164.239)</u>	<u>(2.018.513)</u>

Conforme exposto na nota explicativa nº 28, a alteração do exercício social e a sazonalidade do agronegócio, tendem a causar variações nos resultados operacionais entre os trimestres do exercício social e impedem a completa comparabilidade entre os exercícios.

30 Despesas administrativas e gerais

	2020	2019
Salários e benefícios	(47.193)	(76.049)
Honorários profissionais	(17.342)	(28.676)
Depreciação e amortização	(4.305)	(7.880)
Depreciação – IFRS 16	(1.175)	-
Seguros	(4.880)	(6.218)
Locações diversas	(2.045)	(3.952)
Impostos e taxas diversas	-	(85)
Manutenção e conservação	(2.484)	(4.322)
Outros	(5.025)	(16.624)
	<u>(84.449)</u>	<u>(143.806)</u>

Conforme exposto na nota explicativa nº 30, a alteração do exercício social e a sazonalidade do agronegócio, as variações nos resultados operacionais entre os trimestres do exercício social e impede a completa comparabilidade entre os exercícios.

31 Outras despesas

	2020	2019
Outros gastos da Administração (i)	(11.016)	-
Gastos com recolhimento de embalagens	(3.845)	(5.966)
Outros	(2.306)	(1.658)
	<u>(17.167)</u>	<u>(7.624)</u>

(i) Despesas globais e bônus da diretoria global ocorridos apenas em 2020.

32 Despesas financeiras, líquidas

	2020	2019
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(224.492)	3.200
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.566)	(45.145)
Juros sobre debêntures	(9.639)	(17.130)
Ajuste a valor presente	(7.449)	(5.618)
Juros / multas fiscais de mora – REFIS	(635)	(48)
Juros	(161)	(349)
Juros sobre operações com partes relacionadas	(851)	-
Juros sobre operações de cessão de crédito	(6.216)	(46.234)
Descontos concedidos	(15.838)	(20.464)
I.O.F.	(4.715)	(2.883)
Ajuste swap / derivativos	(4.584)	(48.756)
Provisão para recuperabilidade de outros investimentos	(4.014)	(2.879)
Outras despesas financeiras	(9.099)	(5.888)
	<u>(313.259)</u>	<u>(192.194)</u>
 Receitas financeiras		
Juros ativos	9.720	7.945
Variações cambiais ativas	174.037	(2.051)
Descontos obtidos	66	430
Rendimento de aplicação financeira	770	3.478
Ajuste a valor presente	27.664	27.768
Ajuste swap / derivativos	54.711	38.111
Outras receitas financeiras	82	910
	<u>267.050</u>	<u>76.591</u>
 Despesas financeiras, líquidas	<u>(46.209)</u>	<u>(115.603)</u>

Conforme exposto na nota explicativa nº 28, as variações nos resultados operacionais entre os trimestres do exercício social, em virtude da alteração do exercício social e da sazonalidade do agronegócio, impedem a completa comparabilidade entre os exercícios.

33 Instrumentos financeiros

De acordo com o andamento natural de seus negócios, a Companhia possui exposição a algumas perspectivas de risco, sendo em natureza de mercado (relacionados à oscilação das taxas de juros e variações cambiais), de crédito (relativo a suas vendas a prazo) e de liquidez (disponibilidade e acesso imediato a soluções de caixa). Seu devido gerenciamento reflete uma das principais responsabilidades da Administração.

A gestão de riscos da Companhia possui foco na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca mitigar potenciais consequências adversas no resultado financeiro, através da utilização de instrumentos de proteção que são integralmente reconhecidos em sua contabilidade e sem caráter especulativo. São adotadas estratégias operacionais na gestão de instrumentos financeiros a fim de gerar maior liquidez, segurança e rentabilidade por meio de monitoramento constante controles e rotinas de comparação entre as taxas contratadas e taxas de mercado.

A Companhia possui e segue uma política de gerenciamento de riscos que visa a contribuir para um equilíbrio padrão entre os seus objetivos de evolução e retorno e seu nível de exposição a riscos, mesmo que sejam inerentes ao próprio período das suas atividades ou decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Os instrumentos financeiros são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, exceto quando mencionado, em conta de ativo ou passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo e podem ser designados ou não designados para *hedge accounting*. As variações periódicas de seu valor justo são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando for designado e qualificado para *hedge accounting*.

a. Instrumentos Financeiros por categoria e evidenciação do valor justo

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia de divulgação	Saldo contábil		Valor justo	
				2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Outros créditos – Operação de swap	14	Valor justo contra resultado	Nível 2	7.558	872	7.558	872
Outros investimentos	17	Valor justo contra resultado	Nível 2	56.147	58.564	56.147	58.564
				63.705	59.436	63.705	59.436
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Caixas e equivalentes de caixa	09	Custo amortizado	-	127.502	169.222	127.502	169.222
Contas a receber de clientes	10	Custo amortizado	-	1.884.988	1.065.490	1.884.988	1.065.490
Créditos com empresas ligadas	12	Custo amortizado	-	87.982	1.906	87.982	1.906
Outros créditos	14	Custo amortizado	-	27.790	13.509	27.790	13.509
				2.128.262	1.250.127	2.128.262	1.250.127
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Derivativos designados para hedge accounting		Valor justo instrumentos de hedge	Nível 2	694	(20)	694	(20)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Fornecedores	20	Outros passivos financeiros	-	1.065.373	816.475	1.065.373	816.475
Empréstimos em moeda nacional	21	Outros passivos financeiros	Nível 2	1.356.300	348.115	1.356.300	348.115
Empréstimos em moeda estrangeira	21	Outros passivos financeiros	Nível 2	38.800	94.212	38.800	94.212
Empréstimos com partes relacionadas	12	Outros passivos financeiros	Nível 2	-	68.809	-	68.809
Outras contas a pagar	24	Outros passivos financeiros	-	23.936	53.405	23.936	53.405
				2.484.409	1.381.016	2.484.409	1.381.016

b. Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias padronizadas de avaliação. Contudo, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não obrigatoriamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém investimentos financeiros e operações de SWAP registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(i) ***Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos***

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Empréstimos e Financiamentos

O valor justo dos financiamentos foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros pré ou pós fixados, negociadas junto às instituições financeiras e apuradas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia (vide nota explicativa nº 21).

Contratos de Swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base no valor presente das taxas futuras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições financeiras envolvidas.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, considerando que as operações realizadas em geral não ultrapassam o limite do curto prazo.

Outros investimentos

As operações de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e FIDC. Os valores relativos as cotas subordinadas e mezaninas são valorizadas com base no MTM disponibilizado pela empresa securitizadora.

(ii) ***Hierarquia do valor justo***

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados está demonstrada a seguir:

- **Nível 1** - São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2** - São informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- **Nível 3** - São informações não observáveis para o ativo ou passivo.

(iii) Gerenciamento de riscos financeiros

Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A Companhia possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: (i) informações cadastrais; (ii) informações econômico-financeira; (iii) histórico de compras e pagamento; (iv) informações restritivas de mercado, e (v) garantias.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a realização de análise técnica rigorosa na concessão de crédito e estabelecimento de limites de crédito aos clientes, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus recebíveis. Desde agosto de 2012 a Companhia vem contratando seguro de crédito com a seguradora Crédito y Caucion como ferramenta de mitigação de risco.

A exposição de crédito da Companhia está divulgada na nota explicativa nº 10, com a demonstração dos créditos por data de vencimento. Segue abaixo nossa matriz e percentuais aplicados:

Perda provável	A vencer	Vencidos	Renegociados	Acordos judiciais	Disputas legais	Chapter 11	Riscos específicos
A vencer < 360 dd	0,35%	0,35%	0,69%	1,39%	2,77%	40%	100%
1-3 anos		0,69%	1,39%	2,77%	5,54%	40%	100%
3-5 Anos		11,09%	11,09%	11,09%	11,09%	40%	100%
5-6 Anos		20,00%	20,00%	20,00%	20%	40%	100%
6-7 Anos		40,00%	40,00%	40,00%	40%	40%	100%
7-8 Anos		60,00%	60,00%	60,00%	60%	40%	100%
8-9 Anos		80,00%	80,00%	80,00%	80%	40%	100%
9-10 Anos		100,00%	100,00%	100,00%	100%	40%	100%

A Companhia apresenta uma carteira de recebíveis bastante pulverizada, distribuída entre mais de 1.200 clientes ativos, não havendo, portanto, concentração de valores que coloque em risco a liquidez da carteira

Em 31 de março de 2020, a Companhia possui provisão perda esperada para crédito de liquidação duvidosa de clientes, no montante de R\$ 52.685 (R\$ 39.302 em 2019). Distribuída conforme quadro abaixo:

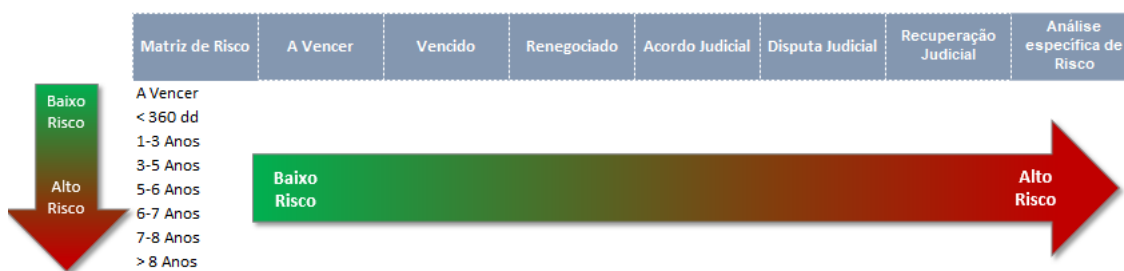
Perda provável	A vencer	Vencidos	Renegociados	Acordos judiciais	Disputas legais	Chapter 11	Riscos específicos	Total
A vencer	5.707	-	75	657	109	1.615	-	8.163
< 360 dd	-	141	12	411	31	2.874	-	3.469
1-3 anos	-	161	-	-	1.269	1.246	143	2.819
3-5 Anos	-	-	-	25	1.395	3.421	222	5.063
5-6 Anos	-	-	-	-	516	727	802	2.045
6-7 Anos	-	-	-	-	7.982	435	-	8.417
7-8 Anos	-	-	-	-	7.848	-	3.119	10.967
8-9 Anos	-	-	-	-	3.879	-	-	3.879
9-10 Anos	-	-	-	-	4.873	-	2.990	7.863
Total	5.707	302	87	1.093	27.902	10.318	7.276	52.685

A exposição máxima ao risco de crédito para “contas a receber” é o qual já está registrado em nota explicativa:

	2020	2019
Exposição com risco de crédito		
Contas a receber de clientes	1.884.988	1.094.268

Como o IFRS 9 não define exatamente o que é um aumento significativo no risco de crédito, a administração optou por estabelecer regras que indicam um aumento significativo no risco de crédito com base em fatos e circunstâncias específicas. A avaliação é composta por elementos quantitativos, qualitativos e julgamentos baseados em indicadores de inadimplência, como atrasos, renegociações, disputas judiciais e performance da safra.

A Companhia reconhece a combinação de perdas de crédito esperadas em uma base coletiva e individual. Para mensurar coletivamente as perdas de crédito, a Companhia dividiu os recebíveis em grupos, considerando as características de risco de perda de seus recebíveis e aplicou taxas progressivas de risco para cada grupo, como mostra o quadro abaixo (*forward-looking*):



- **Recebíveis a vencer** - Contas a receber no vencimento com taxa de perda de crédito baseada em dados históricos;
- **Recebíveis vencidos** - Contas a receber vencidas há menos de 120 dias;
- **Recebíveis renegociados** - Contas a receber inicialmente vencidas, mas que foram renegociadas administrativamente e tiveram seus prazos estendidos;

- **Acordo judicial** - Contas a receber de clientes que estavam em disputa judicial e cujo acordo foi celebrado entre as partes.
- **Disputa judicial** - Contas a receber que estão em disputa na esfera judicial. A avaliação individualizada do risco tem como base fatores qualitativos não capturados através do modelo estatístico. Nessa avaliação, leva-se em consideração o contexto individual, as especificidades do cliente e as datas de vencimento das parcelas. O cálculo da perda esperada é realizado agrupando a dívida de cada cliente em disputa judicial pela data de vencimento da parcela mais antiga.
- **Recuperação Judicial - RJ** - Quando houver indícios de que o cliente entrar em processo de recuperação judicial, ou outra reorganização financeira. Nesse caso, a companhia determinou em política que os recebíveis devem ser provisionados com base no histórico de perda nesses casos de RJ.
- **Análise específica de risco** - sempre que a Companhia tiver informações suficientes sobre o status de um cliente que possa levar a um *default* completo, esse devedor será tratado separadamente da matriz e esse recebível será 100% provisionado como perda.

As exceções a regra acima são tratadas individualmente e são justificadas e formalizadas.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos financeiros da Companhia, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A companhia gerencia o risco de liquidez de forma sistemática através de instrumentos de medição e monitoramento de liquidez como a projeção do fluxo de caixa para o período de 12 meses e o acompanhamento dos indicadores corporativos de liquidez. A partir deste monitoramento, a Companhia traça estratégias para otimização das disponibilidades, redução de capital de giro e ampliação das fontes de financiamento.

As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia concentram-se no próprio volume de recursos oriundos da comercialização de seus produtos, dos valores recebidos a título mútuo de partes relacionadas, de fontes tradicionais de financiamento bancário de curto e longo prazo e, ainda, de operações de securitização de recebíveis.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual dos passivos financeiros da Companhia que possuem prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior três anos
Fornecedores	1.065.373	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.162.011	212.932	20.157

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão sujeitos a variações relevantes em relação aos efeitos da volatilidade de taxa de câmbio sobre os ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, essencialmente ao dólar norte-americano, no tocante a recebíveis, importações de matérias-primas, financiamentos bancários e mútuos com partes relacionadas.

Como estratégia direcionada a mitigação dos efeitos da oscilação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia procura reduzir o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, seja através da proteção cambial natural de operações ativas e passivas, seja através da contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, a Política de *Hedge* tem como objetivo principal preservar a rentabilidade da Companhia contra potencial desvalorização cambial através de contratação instrumentos financeiros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Mensal de Risco em consonância com as Políticas de *Hedge*. O Comitê estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições cambiais e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Política prevê a proteção mínima de 80% da exposição líquida dos passivos e ativos da Companhia através de operações de NDF, Futuro BM&F, *Call Option*, *Put Option*, *Collar*, *Swaps*, que sempre devem ser aprovadas pelo Comitê Mensal de Risco.

Instrumentos derivativos adicionais e níveis de proteção abaixo do exigido por política devem ser aprovados no Comitê Mensal. A conformidade da Política é reforçada através da elaboração de relatórios diários com a exposição cambial, posição detalhada de derivativos e marcação a mercado das operações. A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

	2020	2019
Exposição com moeda estrangeira – Ativos		
Contas a receber	122.788	91.596
Contas a receber – Partes relacionadas	763	825
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	16.924	506
	<hr/>	<hr/>
	140.475	92.927
Exposição com moeda estrangeira – Passivos		
Fornecedores circulante	(75.229)	(82.774)
Fornecedores - Partes relacionadas	(66.669)	(61.792)
Empréstimos e financiamentos	(12.584)	(18.343)
Empréstimos - Partes relacionadas	-	(22.137)
	<hr/>	<hr/>
	(154.482)	(185.046)
Exposição com moeda estrangeira - Hedges e Swaps	<hr/>	<hr/>
	15.340	69.350
Exposição líquida	<hr/>	<hr/>
	1.333	(22.769)

No âmbito da exposição cambial informada acima, abaixo quadro que contempla todas as operações da linha de Hedges e Swaps que totalizam o volume de US\$ 15.340.

Tipo	Data Início	Posição	Principal –		Liquidação	Banco
			USD mil	Forward		
NDF	05/03/2020	COMPRA	2.000	4,6290	03/04/2020	BRADESCO
NDF	05/03/2020	COMPRA	2.000	4,6250	06/04/2020	BRADESCO
NDF	10/03/2020	COMPRA	2.500	4,6715	07/04/2020	BRADESCO
NDF	10/03/2020	COMPRA	2.500	4,6675	07/04/2020	BRADESCO
NDF	13/03/2020	COMPRA	2.500	4,6980	07/04/2020	BRADESCO
NDF	25/03/2020	COMPRA	1.615	5,0000	09/04/2020	ITAU
NDF	25/03/2020	COMPRA	2.225	5,0462	07/04/2020	ITAU
Total Compra			15.340	4,7525		

Análise de sensibilidade - Risco cambial

Em 31 de março de 2020, a Companhia encerrou o exercício com uma exposição líquida ativa ao risco de câmbio no montante de US\$ 1.333 (US\$ 22.769 em 31 de julho de 2019) e o dólar encerrou com cotação de R\$ 5,1987 (R\$ 3,7649 em 31 de julho de 2019). Considerando a manutenção da exposição cambial líquida no mesmo nível de 2019, o efeito líquido da valorização do dólar em relação ao real para três cenários distintos seria:

Risco: alta do dólar		Cenários		
		Provável	Possível	Remoto
	Saldo em 31.03.20	USD	USD + 25%	USD + 50%
	USD mil	5,1987	6,498375	7,79805
Exposição antes de hedges e swaps	(14.007)	72.818	91.023	109.227
Hedges & Swaps	15.340	79.748	99.685	119.622
Exposição passiva líquida	1.333	6.930	8.662	10.395
		-	1.732	3.465
Risco: alta do dólar		Cenários		
	Saldo em 31.07.19	USD	USD + 25%	USD + 50%
	USD mil	3,7649	4,706125	5,64735
Exposição antes de hedges e swaps	(92.119)	(346.819)	(433.524)	(520.224)
Hedges & Swaps	69.350	261.094	326.368	391.642
Exposição passiva líquida	(22.769)	(85.725)	(107.156)	(128.587)
		-	(21.430)	(42.860)

Riscos da taxa de juros

Este risco surge da possibilidade de existirem oscilações relevantes nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos captados no mercado e indexados a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP). Em 31 de março de 2020, o cenário de exposição atrelado a estas taxas totalizava o montante líquido passivo de R\$ 1.243.591 (R\$ 186.631 em 31 de julho de 2019). A análise de sensibilidade levou em consideração

	2020	2019
Ativos financeiros	109.470	146.691
Passivos financeiros	<u>(1.344.061)</u>	<u>(333.321)</u>
Risco líquido total	<u>(1.234.591)</u>	<u>(186.630)</u>

A análise de sensibilidade considera a exposição líquida das aplicações financeiras atreladas à CDI no valor de R\$ 109.470 em 31 de março de 2020 (R\$ 146.691 em 31 de julho de 2019), deduzido do saldo dos empréstimos e financiamentos também atrelados a CDI no montante de R\$ 1.331.279 em 31 de março de 2020 (R\$ 333.321 em 31 de julho de 2019) e, ainda, o saldo atrelado à TJLP no valor de R\$ 12.782 em 31 de março de 2020 (R\$ 11.312 em 31 de julho de 2019). Tal análise leva em consideração três cenários, onde o cenário provável reflete a previsão do mercado para a taxa de juros futura e os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco em 25% e 50%, respectivamente.

Na avaliação da Administração, a redução de 25% e 50% no CDI e na TJLP trariam um impacto positivo de R\$ 953 e R\$ 1.914 em 31 de março de 2020 (impacto negativo de R\$ 655 e R\$ 546, em 31 de julho de 2019), no resultado financeiro da Companhia.

Levando em consideração o atual cenário econômico nacional e, tendo em vista as projeções de mercado para o comportamento das taxas Selic e TJPL, a Administração da Companhia entende como moderado o risco de variações materiais nestas taxas para o próximo exercício.

	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
<i>Análise de Sensibilidade 2020</i>						
Total de ativos financeiros	109.470	109.684	109.737	109.789	109.631	109.578
Total de passivos financeiros	<u>(1.344.061)</u>	<u>(1.344.061)</u>	<u>(1.345.059)</u>	<u>(1.346.048)</u>	<u>(1.343.055)</u>	<u>(1.342.041)</u>
Risco líquido total	<u>(1.234.591)</u>	<u>(1.234.377)</u>	<u>(1.235.322)</u>	<u>(1.236.259)</u>	<u>(1.233.424)</u>	<u>(1.232.463)</u>
Impacto no P&L	-	-	<u>(945)</u>	<u>(1.882)</u>	<u>953</u>	<u>1.914</u>
<i>Análise de Sensibilidade 2019</i>						
Total de ativos financeiros	146.691	147.103	147.203	147.303	147.001	146.899
Total de passivos financeiros	<u>(333.322)</u>	<u>(333.401)</u>	<u>(334.376)</u>	<u>(334.587)</u>	<u>(333.954)</u>	<u>(333.743)</u>
Risco líquido total	<u>(186.631)</u>	<u>(186.298)</u>	<u>(187.173)</u>	<u>(187.284)</u>	<u>(186.953)</u>	<u>(186.844)</u>
Impacto no P&L	-	-	<u>(875)</u>	<u>(986)</u>	<u>(655)</u>	<u>(546)</u>

Gestão de capital

Os objetivos da Administração na gestão do capital da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de retorno ao acionista e manter uma sólida base de capital para ampliar a confiança do investidor, do credor e do mercado além de possibilitar o desenvolvimento do negócio.

A Administração monitora o capital, através da análise de sua situação financeira, por entender que este indicador reflete de forma mais adequada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos	1.395.100	465.135
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(127.502)	(170.036)
Dívida líquida	1.267.599	295.099
Total do patrimônio líquido	825.876	741.305
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (%)	153,5%	39,8%

A variação do índice de alavancagem financeira é representada pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido. O indicador ao final de 31 de março de 2020 foi de 153,5% (36,8% em 31 de julho de 2019). O crescimento apontado neste indicador deu-se, principalmente, pelo aumento do endividamento da Companhia, conforme nota explicativa nº 20.

34 Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social corrente debitada no resultado da Companhia, em 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, é demonstrada como segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	57.432	113.126
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas de 25% e 9%	19.527	38.531
Adições temporárias e permanentes		
Provisão de fretes	22.462	32.479
Provisão para rebates – Incentivo de venda	14.356	20.978
Ajuste a valor presente	54.302	80.030
Ajuste a valor justo	11.428	22.820
Variação cambial	136.309	149.092
Participação societária avaliada por equivalência patrimonial	365	2.238
Depreciação Lei nº 11.638/07	177	134
Destinação para Lei de incentivo	119	189
Outras provisões	21.385	33.080
Outras adições	5.476	7.213
	266.379	348.253
Exclusões temporárias e permanentes		
Provisão de fretes	(24.169)	(30.382)
Provisão para rebates – Incentivo de venda	(17.941)	(20.030)
Ajuste a valor presente	(61.816)	(78.795)

	2020	2019
Ajuste a valor justo	(15.597)	(22.654)
Variação cambial	(146.006)	(158.124)
Participação societária avaliada por equivalência patrimonial	(1.094)	(2.859)
Depreciação Lei nº 11.638/07	(475)	(683)
Subvenção para investimento	(2.662)	(4.906)
Juros sobre capital próprio	-	(15.009)
Outras provisões	(25.469)	(38.290)
Outras adições	<u>(2.329)</u>	<u>(2.116)</u>
	<u>(297.558)</u>	<u>(373.848)</u>
Outros ajustes		
Imposto de renda e contribuição social s/ Prejuízo fiscal	10.074	-
Ajuste decorrente de métodos de Preço de Transferência	149	-
Efeito da compensação 30% do prejuízo fiscal	1.450	(3.162)
Efeito do benefício fiscal da Lei do Bem	(3.404)	-
Efeito do adicional 10% cálculo do imposto de renda	(10)	(24)
Isonção incentivo do PAT	60	(217)
IR s/ Lucro da Exploração	(1.498)	(5.899)
Doações Incentiv. (Rouanet, Criança e Adolesc., Idoso, Esporte)	<u>(250)</u>	<u>(556)</u>
	<u>(6.572)</u>	<u>(9.858)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(5.081)</u>	<u>(3.077)</u>
Alíquota efetiva	<u>(8,84%)</u>	<u>(2,716%)</u>

35 Transações não caixa

Durante os exercícios de 31 de março de 2020 e 31 de julho de 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades não caixa que não são refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa:

	2020
Vendas de mercadorias por troca de créditos ICMS-SP	3.112
Financiamento de Tributos – PROVIN FDI	3.177
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	10.142
Aquisição de imobilizado	1.670
Baixa de Imobilizado	5.988
Aquisição de Intangível	<u>1.159</u>
Total	<u><u>25.248</u></u>
	2019
Vendas de mercadorias por troca de créditos ICMS-SP	672
Financiamento de Tributos – PROVIN FDI	4.450
Provisão para valor recuperável do contas a receber	11.390
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos	2.777
Ativo fiscal diferido	<u>4.817</u>
Total	<u><u>24.106</u></u>

36 Eventos subsequentes

Pandemia do Coronavírus

Os casos do novo Coronavírus (“Covid-19”) foram reportados pela primeira vez em dezembro de 2019 e, desde então, se espalharam por diversos países, com relatos de múltiplas fatalidades nas mais diversas regiões do mundo. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como um surto pandêmico e as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram diversas medidas restritivas para a contenção do vírus.

O agronegócio, considerado atividade essencial para o funcionamento do País, prosseguiu com suas operações durante o período de confinamento. A Companhia, alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, implementou um plano estruturado de continuidade de suas atividades, visando a segurança, não só de seus colaboradores e familiares, mas também de toda a população ao seu redor. Mesmo vivendo um momento de grandes incertezas, estamos nos adaptando com a velocidade que o contexto atual exige, mostrando resiliência e protagonismo para manter nosso compromisso de cuidar das pessoas.

Desde o início da pandemia, instituímos um comitê de crise formado por gestores das mais variadas áreas, que vem trabalhando incansavelmente para avaliar a evolução da Covid-19, seus reflexos em nossas operações e as ações necessárias para que nossas pessoas estejam seguras e nossos clientes, acionistas e a sociedade possam continuar contando conosco.

Preocupados com a saúde e o bem-estar de todos e convictos da nossa importância em garantir o abastecimento de alimentos para a população, elencamos a seguir algumas das medidas adotadas no enfrentamento dessa pandemia:

- Campanhas de conscientização e divulgação contínua das medidas de prevenção à Covid-19 pelos canais de comunicação da Companhia;
- Estabelecimento de um fluxo de acolhimento aos nossos funcionários e seus familiares, com disponibilização de canais de comunicação exclusivos para interação com nossa equipe médica 24 horas por dia, a fim de dirimir dúvidas relacionadas à Covid-19;
- Adoção de protocolos para reporte e acompanhamento de eventuais sintomas sugestivos;
- Intensificação das medidas de higiene e saúde dos nossos colaboradores, com disponibilização de máscaras e álcool em gel, distanciamento entre os postos de trabalho e demarcação de áreas comuns para evitar aglomerações;
- Permissão do teletrabalho (home office) para os colaboradores que desempenhem atividades que possam ser realizadas à distância;
- Flexibilização de horários para os colaboradores que trabalham de forma presencial e liberação das atividades presenciais de colaboradores do grupo de risco;
- Cancelamento de viagens e de participação em eventos;
- Acompanhamento intensificado para garantir o atendimento aos clientes e a continuidade da cadeia de suprimentos;

- Medidas para preservação de caixa, de forma a manter a solidez financeira da Companhia e garantir a continuidade de nossos negócios;
- Ações para promover a qualidade de vida de nossos colaboradores e suas famílias e promover a empatia e a solidariedade;
- Ações sociais para minimizar o impacto da pandemia nas comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social.

Apesar dos desafios enfrentados pelo impacto da desvalorização cambial no custo dos insumos, pela diminuição da disponibilidade de crédito e pela escalada do custo de capital, o PIB do setor agropecuário permanece com expectativa de crescimento para o ano 2020 e os dados de comércio exterior da cadeia do agronegócio mostram que as exportações brasileiras cresceram em comparação ao ano anterior, prosseguindo com a tendência positiva.

Neste sentido, mesmo diante dos múltiplos riscos e incertezas aos quais está exposta, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem afetar negativamente a demanda por defensivos agrícolas, causar problemas na cadeia de suprimentos, alterar a expectativa de fluxo de caixa futuro e modificar a mensuração dos ativos e passivos da Companhia apresentados nessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2020. Com isso, decidiu não ser necessária a adesão às medidas emergenciais de suporte ao setor produtivo anunciadas pelo Governo Federal, tais como: adiamento de entrega de declarações, suspensão de recolhimento de tributos, além das medidas de flexibilização trabalhista como redução de jornadas de trabalho e suspensão de contratos de trabalho. A Administração permanece atenta para garantir que as decisões da Companhia estejam constantemente atualizadas de acordo com as decisões judiciais, administrativas e legislativas e regulatórias em vigor.

A Administração permanece atenta a potenciais impactos adicionais da pandemia da Covid-19 no aumento do risco de crédito, na liquidez do mercado, na cadeia de suprimentos e nos resultados futuros da Companhia. O preço das commodities agrícolas, em linhas gerais, mantiveram-se em patamares satisfatórios, indicando uma permanência do mercado aquecido com forte demanda de produtores rurais por tecnologias e insumos agrícolas.

No período de abril a junho de 2020 nossas receitas se mativeram em patamares semelhantes ao do mesmo período do ano anterior, apresentando uma redução de 3,17%. Da mesma forma, o nível de recebimento da Companhia também não apresentou impacto relevante. Na média anual, em junho/2020, o contas a receber apresentou-se estável em relação as vendas dos últimos doze meses, sendo 56% em 2020 e 51% em 2019. Ressalte-se ainda, que o percentual de parcelas vencidas do contas a receber não sofreu alterações em relação ao ano anterior, mesmo diante de um cenário de maior aversão ao risco e restrição na concessão de crédito.

Os impactos da pandemia da Covid-19 continuam sendo avaliados e monitorados pela Companhia, que não identificou situações que resultem em aumento nos níveis de incerteza e riscos anteriormente mensurados.

* * *

Composição do Conselho de Administração

Greg Hunt
Presidente

Conselheiros

Elbert Prado

Greg Hunt

Paul Andrew Binfield

Composição da Diretoria

Fernando Henrique Bordoni Manzeppi
Diretor Presidente do Brasil

Iara Aparecida Lopes de Oliveira Souza
Diretora Financeira da América Latina

Celso Luis Lara Macedo
Diretor de Marketing da América Latina

Luis Henrique Sanfelice Rahmeier
Diretor de Soluções e Portifólio da América Latina

Pedro Luiz Tagliari
Diretor de Supply Chain e Operações da América latina

José Mário Façanha Júnior
Contador CRC CE 020824/O-8